

## Coluna do Castello

### Para que tudo volte ao normal

A ausência de Brasília na última semana dos principais interlocutores do PMDB terá contribuído para a perda de nitidez nas definições dos partidos e do governo com relação às pretensões acolhidas no projeto de regimento da Assembléia Constituinte. As coisas se passaram de maneira tão confusa que já hoje é um dirigente do PFL, o sr Saulo Queiroz, quem se propõe a submeter à aprovação dos constituintes o reconhecimento de um mandato de seis anos para o presidente José Sarney. Até então a luta contra o grupo Pró-Soberania inspirava-se no temor do Planalto e do PFL de que se tentasse, mediante a afirmação de poderes, votar "atos constitucionais" — depois denominados "projetos de decisão" para evitar a conotação com "atos institucionais" —, emendar por maioria a atual Constituição para até mesmo reduzir o mandato presidencial.

Presumia-se portanto uma intenção golpista na usurpação de poderes que não estão na alçada de uma assembléia destinada a votar uma nova Constituição, mas não a intervir na ordem constitucional vigente, nem no exercício normal dos poderes da República, como o Congresso e a presidência da República. Conselheiros presidenciais apenas haviam advertido o presidente de que, se adotado o direito de votar a assembléia "projetos de decisão", deveria ele precipitar uma "decisão" sobre a duração do seu mandato a fim de retirá-lo do terreno da iliquidez e da imprecisão.

Agora é o sr Saulo Queiroz quem toma a iniciativa e, dando como certo que a Constituinte terá seus "projetos de decisão", anuncia seu projeto de fixação em seis anos do mandato presidencial, reproduzindo o texto da Constituição em vigor. Ora, em primeiro lugar, não é certo que a Constituinte aprove o item 7 do artigo 57 do projeto, contra o qual vinha lutando, embora mediante imprecisas tomadas de posição, o líder designado do governo. Em segundo lugar, se aprovar, pode ser que não aspire a usá-lo para definir o mandato presidencial. Em tal caso, o deputado Queiroz teria o mérito de obter declaração expressa de que os "projetos de decisão" não afetam o mandato presidencial e nesse caso pacificaria o Planalto e dispensaria o uso de argumentos como a necessidade de estabilizar emocionalmente o presidente antes que ele possa viajar para o exterior.

O grupo Pró-Soberania quis forçar a marcha natural das coisas, mas o provável é que tudo retorne ao que devia ser. O sr Ulysses Guimarães, segundo versão difundida ontem, tem toda a confiança do presidente José Sarney como negociador da paz dentro do PMDB, e entre o PMDB e o governo, a propósito das questões pendentes. O presidente do PMDB, com o peso da sua experiência, já tem hoje a medida do que é possível ceder e do que não é possível ceder aos grupos radicais do seu partido. O PMDB tem um limite de exercício da sua maioria na Constituinte e no Congresso. A questão da subversão da ordem constitucional encontrou seu limite na tentativa de votação de um projeto que não satisfazia a maioria. O sr Ulysses Guimarães tem, portanto, um parâmetro a seguir.

Com isso o sr José Sarney terá prestigiado o PMDB sem contudo ceder à liderança do deputado Luís Henrique, mas também sem forçar a mão em favor da atuação do sr Carlos Sant'Anna, que ainda não encontrou espaço para exercer sua liderança. Cabe ao presidente do PMDB, no uso das suas qualidades de comando, fazer prevalecer seu discernimento político e disciplinar até mesmo aspirações suas como a do não funcionamento regular das câmaras legislativas. Isto não pode ser feito por disposição regimental da Constituinte, mas por decisão da Câmara e do Senado. O Senado deverá segunda-feira definir-se a respeito, possivelmente anulando previamente a tentativa da assembléia de imiscuir-se na área da sua soberania.

Passada a confusão gerada pela inexperiência ou pela ousadia propícia nos atos inaugurais, é possível que com mais uma semana as coisas estejam na rotina que se tentou perturbar: a assembléia dedicada a definir seu projeto de Constituição deixando de lado suas veleidades de assumir o governo do país; Câmara e Senado funcionando a meio fogo, como convém à prioridade dos trabalhos constituintes até que se chegue de tempo razoável à votação da nova carta; e o presidente da República governando segundo as normas que está sujeito, e com os instrumentos que estão ao seu alcance, embora alguns deles firmem a sensibilidade dos constituintes, não dos velhos parlamentares habituados ao exercício deles, mas dos que apenas começam a cair na realidade da vida política.

## PFL e PDS forçarão abertura da Câmara para garantir jetom

Brasília — Os líderes do PFL e do PDS, José Lourenço e Amaral Neto, estão estudando uma forma de passar por cima da autoridade de Ulysses Guimarães e instalar segunda-feira as sessões ordinárias da Câmara. O regimento diz que, na ausência do presidente, assume a mesa da Câmara o mais velho, e ontem os dois líderes discutiram isso por telefone, concluindo Amaral Neto: "Você está muito garoto, Zé. Quem assume a presidência então sou eu".

José Lourenço tem 54 anos e Amaral Neto, 65. Mas o empenho dos dois líderes, assim como do PTB e parte do PMDB, em ver a Câmara funcionando com sessões todas as tardes, tem uma motivação que eles não admitem francamente: o jetom. O artigo 33 da Constituição afirma que os subsídios dos parlamentares se compõem de uma parte fixa e uma variável, isto é, o jetom pago por cada sessão. Diz também que esses valores deverão ser fixados entre uma legislatura e outra.

### Defasados

Como ano passado o Congresso não votou os subsídios dos constituintes, eles se julgam com o salário defasado. A parte fixa do subsídio de um deputado é cerca de Cz\$ 15 mil, e a parte variável, isto é, o jetom, Cz\$ 262,90 por sessão extraordinária. "Ninguém aguenta esse salário de fome. Para defender os que não têm privilégios, um deputado precisa de privilégios, e não é com esse vencimento que nós vamos sobreviver", disse Amaral Neto a José Lourenço no telefone. Acontece que, além do fixo e do variável, os parlamentares ganham Cz\$ 22 mil para transporte e Cz\$ 6 mil de ajuda de custo.

Mas o líder pefelista ainda resiste à idéia de Amaral Neto assumir a presidência da mesa da Câmara segunda-feira. Ele acha que, como primeiro vice-presidente da Câmara, o deputado Homero Santos (PFL-MG) é a pessoa mais indicada para dirigir os trabalhos se, sob pressão, o Dr. Ulysses não o fizer. José Lourenço até já telefonou para Homero, que se encontra no Espírito Santo, pedindo-lhe que venha urgente para Brasília.

### Consenso

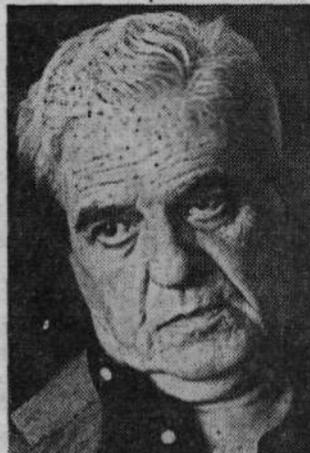
Mais apressado, Amaral Neto, que desde quinta-feira vem tentando falar sobre o assunto com Ulysses Guimarães, já tem um plano elaborado. Ainda este fim de semana tentará convencer o presidente da Câmara a abrir essa sessão ordinária. Não tendo êxito, pretende chegar segunda-feira ao plenário e determinar ao guarda perfilado à frente que abra o recinto. Pedessistas e pefelistas (estes estão sendo chamados a Brasília pelo deputado Inocêncio Oliveira) deverão, nesse caso, ocupar o plenário. E aí, Homero Santos ou Amaral Neto assumem os trabalhos.

"Fora da Constituição não há salvação. E nós estamos violando a Constituição se não instalarmos a sessão ordinária da Câmara segunda-feira", dizia ontem, preocupado, José Lourenço. Há 200 metros do seu gabinete, o senador Juthay Magalhães (1º secretário do Senado) também tentava encontrar por telefone seus colegas, para convencê-los do contrário.

Com uma sessão ordinária convocada para segunda-feira pelo presidente da Casa, Humberto Lucena, o Senado entra em funcionamento antes da Assembléia Constituinte, e Juthay Magalhães acha isso um fato grave. "Tem que ser buscado antes um consenso partidário sobre o funcionamento ordinário das duas casas. E a discussão não deve ser entre os senadores, mas entre os constituintes", diz ele, também à procura de Ulysses Guimarães para discutir o assunto. O presidente da Câmara só chega a

Brasília domingo à noite.

Arquivo — 29/12/86



Amaral Neto

Arquivo — 6/3/83



José Lourenço

## Líder pressiona com requerimento à Mesa

Brasília — Pressionado pelo PDS, o deputado Ulysses Guimarães terá que realizar uma sessão extraordinária da Câmara na noite de segunda-feira. Desde que os trabalhos legislativos foram abertos oficialmente no dia 1º de março, Ulysses não convocou nenhuma sessão, esperando que houvesse um acordo de lideranças sobre o funcionamento da Câmara ou que o regimento da Constituinte fosse aprovado disciplinando o assunto. Como isso não aconteceu até agora, o líder do PDS, deputado Amaral Neto, encaminhou à Mesa da Câmara um projeto de lei, um requerimento de informações e uma solicitação para que o livro de inscrição para oradores seja aberto.

Preocupado com a falta de sessões na Câmara e Senado, "os fóruns naturais para a atuação oposicionista", o deputado Amaral Neto tentou contato com Ulysses esta semana por telefone em São Paulo, mas não obteve sucesso. Para forçar o funcionamento da Câmara, Amaral enviou à secretaria geral da Mesa um projeto de lei "só para marcar posição", revogando o depósito compulsório, um requerimento de informações para saber os motivos da viagem do ministro Dilson Funaro ao exterior e um pedido para se inscrever como orador.

A Mesa não pode, pelo regimento interno, "impedir essa prerrogativa de deputado" como alega Amaral e segundo um assessor do deputado Ulysses Guimarães, "a alternativa mais viável é convocar uma sessão extraordinária para a noite de segunda-feira, porque à tarde já está convocada uma sessão da Constituinte."

## PMDB acha que acordo deve ser entre todos

Brasília — A fixação do mandato do presidente José Sarney poderá ser a primeira tarefa prática da Constituinte após a aprovação do seu regimento interno, segundo o líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique. Para isso — disse ele — será necessário um acordo entre os partidos, que dariam prioridade ao assunto, tentando garantir maior estabilidade ao Governo para a negociação da dívida externa.

Embora acredite que a duração do mandato é um assunto urgente, Luís Henrique criticou a antecipação do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, de que pretende apresentar um "projeto de decisão" fixando o mandato em seis anos. "É um equívoco tratar a questão do mandato através de "projeto de decisão" (o polêmico ponto da soberania da Constituinte, ainda sem acordo). Isso é matéria para as disposições gerais", disse o líder do PMDB.

O presidente José Sarney disse que não apóia a iniciativa do secretário geral do PFL. De acordo com o porta-voz do Planalto, Frota Neto, o presidente não teve conhecimento antecipado da iniciativa e é contra a apresentação do projeto, "qualquer que seja seu objetivo". Segundo Frota Neto, Sarney é contrário a "qualquer medida que implique na criação de poderes paralelos na República, seja no Executivo, seja no Legislativo ou no Judiciário".

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, também não achou boa a idéia de Saulo Queiroz, embora seja "em princípio favorável aos seis anos." Explicou ele: "O desempenho do Governo é que vai decidir a duração do mandato, e este ano é fatal. Acho que a 31 de dezembro terá que ser feita uma avaliação para uma definição."

Poucos momentos antes de Luís Henrique admitir a fixação do mandato presidencial como tarefa imediata da Constituinte recebeu um telefonema do ministro-chefe do Gabinete Civil Marco Maciel, que lhe explicou as declarações do porta-voz da presidência da República, jornalista Frota Neto, sobre a posição do presidente quanto ao projeto de decisão.